



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

- Universidades e Institutos Politécnicos continuam sem receber as verbas referentes ao aumento de encargos que tiveram que assumir devido às reposições salariais na função pública, em vigor desde janeiro passado, estando a suportar com receitas próprias essa parcela dos vencimentos de funcionários e professores.
- Estão em causa cerca de 50 milhões de euros que a tutela se comprometeu a transferir, mas que, até ao momento, não chegaram às instituições referidas.
- O atraso do Governo na transferência dessas verbas implica que, mensalmente, desde janeiro, universidades e politécnicos tenham que dispor de um total de quatro milhões de euros para honrar este compromisso.
- O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas considera que “foram esgotados todos os prazos razoáveis” e sublinha que a ausência destas transferências está a causar “cada vez mais dificuldades às instituições, especialmente àquelas que têm uma situação financeira mais frágil”.
- O Grupo Parlamentar do CDS questionou o senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre esta matéria, em diversas ocasiões, designadamente nas audições regimentais da Comissão de Educação e Ciência dos dias 26 de abril de 2016 e 21 de junho de 2016.
- O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior respondeu nessas ocasiões ao GP do CDS “que não havia motivo para preocupação”, que tudo estaria a “decorrer na maior normalidade e com toda a tranquilidade” e que até já estariam a começar a ser processados os valores em causa.

- Uma vez que esta “normalidade” parece não estar a ser a normalidade desejada e com a qual o Governo se comprometeu com as instituições de ensino superior, parece-nos importante insistir junto do MCTES no sentido de obter uma resposta definitiva quanto a esta matéria.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vêm por este meio requerer ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1. Sendo que se inicia já o mês em setembro – decorridos, portanto, dois terços do ano –, quando pretende o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior efetuar esta transferência de quase 50 milhões de euros, para que a “normalidade” regresse às universidades e institutos politécnico públicos e para que o OE de 2016 se possa cumprir? Qual a data em que garante que estas verbas estarão “do lado” das instituições de ensino superior?**

Palácio de São Bento, terça-feira, 30 de Agosto de 2016

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)